

**CONTAS PÚBLICAS /** Tribunal decide que governo deve parar de buscar somente o limite inferior da meta. Ministérios da Fazenda e do Planejamento afirmam que o controle de despesas baseia-se “em banda e não em ponto”

# TCU cobra maior esforço fiscal

» ROSANA HESSEL

O Tribunal de Contas da União (TCU) advertiu o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para interromper a política de perseguir o piso inferior da meta fiscal e ampliar o esforço para equilibrar as contas públicas. Na avaliação do TCU, a prática de atingir somente o limite mínimo do arcabouço fiscal constitui uma irregularidade, na contramão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com a cobrança do TCU, o governo poderá contingenciar mais R\$ 30,2 bilhões do Orçamento deste ano.

“A limitação de empenho e movimentação financeira em montante superior àquele estritamente necessário ao atingimento do limite inferior do intervalo de tolerância da meta fiscal subverte a lógica inerente ao mecanismo de contingenciamento estabelecido no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e contraria o disposto no aludido preceito legal”, destacou o relatório do acórdão de 62 páginas.

Com a decisão, o governo terá de ampliar o contingenciamento nas despesas para cumprir a meta deste ano de zerar o déficit primário. O limite inferior da

meta permite um rombo nas contas públicas de até R\$ 31 bilhões neste ano.

Na segunda-feira (22), os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento divulgaram o relatório de avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre. A equipe econômica anunciou um bloqueio de R\$ 12,1 bilhões — um adicional de R\$ 1,4 bilhão, devido ao aumento de despesas acima do esperado —, mas não anunciou contingenciamento de gastos. Com a atualização das projeções, o governo passou a prever um rombo fiscal de R\$ 30,2 bilhões neste ano — dentro do limite da meta, mas acima do déficit previsto anteriormente, de R\$ 26,3 bilhões.

O Executivo pode recorrer da decisão do TCU na mesma corte. Todo recurso pode modificar o acórdão, segundo fontes do órgão. Contudo, se a decisão do TCU prevalecer, o governo federal precisará fazer um corte maior de despesas, até chegar a R\$ 30,2 bilhões — valor da previsão atual de rombo fiscal considerando o desconto de precatórios.

O tribunal ainda não notificou oficialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, que integram a Junta Orçamentária, sobre o acórdão. Em

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Haddad em audiência na Câmara: Fazenda afirma que está seguindo o que está definido pela legislação

nota conjunta, as duas pastas esclareceram que a meta fiscal é “em banda e não em ponto”, de acordo com a legislação vigente. “Assim, a meta de primário é descumprida

quando o resultado primário não alcança o limite inferior da banda”, acrescentaram.

Segundo os ministérios, o governo federal tem adotado

medidas para dar sustentabilidade às contas públicas. Citam a aprovação do Regime Fiscal Sustentável, mais conhecido como arcabouço fiscal, a gestão e

recuperação de receitas e a revisão e qualificação dos gastos públicos. As pastas informam, ainda, que o resultado primário de 2024 registrou um déficit de R\$ 11 bilhões, “mais próximo do centro da meta que do limite inferior permitido pela Lei Complementar 200/23 (lei do arcabouço fiscal), que era um déficit de R\$ 28,8 bilhões”.

## Desconfiança

Desde o primeiro ano de vigência, em 2024, o arcabouço fiscal perdeu credibilidade quando o governo mudou a meta logo de início para que ela fosse cumprida. E um dos fatores controversos no equilíbrio das contas públicas são os precatórios, que são abatidos da conta do arcabouço fiscal. Neste ano, o desconto de precatórios será de R\$ 43,3 bilhões e o rombo fiscal efetivo previsto é de R\$ 73,5 bilhões — acima da mediana das previsões do mercado, de R\$ 70,8 bilhões.

A insistência do governo em cumprir apenas o piso da meta fiscal é alvo de críticas por parte de analistas e especialistas em contas públicas. Segundo eles, essa prática indica um comprometimento insuficiente do governo com o ajuste fiscal.

## Haddad provoca deputados

» DANANDRA ROCHA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender a aprovação da Medida Provisória 1.303 (que trata da tributação sobre aplicações financeiras e ativos virtuais) e a continuidade da reforma

tributária como pilares para garantir o equilíbrio fiscal em 2026 sem cortes em programas sociais ou investimentos estratégicos. Durante audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados ontem (24), o chefe da equipe econômica destacou que as

propostas foram desenhadas em conjunto com o Congresso e têm como foco a justiça tributária.

“Até o rico vai pagar barato na carne, por conta daquilo que o Congresso decidiu”, afirmou, ao mencionar que a reforma permitirá a desoneração total da cesta básica. Segundo

ele, a mudança também abre caminho para zerar a tributação sobre 100% das exportações brasileiras, eliminando distorções atuais.

O tema do Imposto de Renda dominou os debates na comissão. Um dos pontos abordados foi a proposta da oposição de ampliar a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 10 mil. Em tom provocativo, Haddad afirmou que essa medida só é possível se houver

compensação fiscal. [“Sem compensação], pode parecer demagogia. [...] Os partidos que defendem a proposta poderiam abrir mão de metade das emendas do ano que vem para viabilizar a indenização?”, sugeriu o ministro.

A proposta em tramitação no Congresso prevê uma renúncia fiscal de R\$ 25,8 bilhões em 2026. O impacto seria compensado com tributação adicional sobre contribuintes

de renda mais elevada e cobrança sobre remessas de dividendos para o exterior.

A convocação de Haddad partiu de parlamentares ligados ao agronegócio, que se opõem à cobrança de 5% de Imposto de Renda sobre LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) e CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio). Segundo os deputados, a medida pode encerrar o crédito rural.

## CONTROLES SOBRE O USO DE MERCÚRIO E O FUTURO DA EXTRAÇÃO DE OURO NO BRASIL

Apesar de já ter sido eliminado em diversos setores e produtos devido à sua alta toxicidade, o mercúrio continua sendo amplamente empregado na extração de ouro.

Para entender os impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde de milhares de pessoas, o **Correio Braziliense** e o **Instituto Escolhas** promovem o evento **"Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro no Brasil"**.

### MEDIADORES

**Carlos Alexandre de Souza**  
editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense

**Sérgio Leitão**  
diretor-executivo do Instituto Escolhas

**Larissa Rodrigues**  
diretora do Instituto Escolhas

**Denise Rothenburg**  
colunista do Correio Braziliense

**Giorgio de Tomi**  
professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador Técnico do Projeto Ouro Sem Mercúrio

### CONVIDADOS

**Eloy Terena**  
secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

**Elena Crespo**  
professora titular da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Instituto Amazônico do Mercúrio

**Humberto Freire**  
diretor da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal (DAMAZ/PF)

**Thaianne Resende**  
diretora do Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

**Julevânia Alves Olegário**  
diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração (DDSM)

**Nílto Tatto**  
ambientalista e deputado federal

**Eduardo Gama**  
diretor de Operações no Certimine

**Gilson Camboim**  
presidente na Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso (FECOMIN)

# 07.OUT

A PARTIR DAS 08H30

auditório do Correio Braziliense

**LEIA O QR CODE** e faça a sua inscrição para acompanhar o evento

Apoio:

Realização